
Prova Escrita de História B

11.º/12.º anos de Escolaridade

Prova 723/2.ª Fase

8 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos

2008

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta indelével azul ou preta.

Não é permitido o uso de corrector. Em caso de engano, deve riscar, de forma inequívoca, aquilo que pretende que não seja classificado.

Escreva de forma legível a numeração dos grupos e/ou dos itens, bem como as respectivas respostas.

Para cada item, apresente apenas uma resposta. Se escrever mais do que uma resposta a um mesmo item, apenas é classificada a resposta apresentada em primeiro lugar.

Todos os itens exigem a análise dos documentos. A informação retirada dessa análise deve ser integrada na elaboração das respostas.

No Grupo II, apresente uma resposta desenvolvida ao item 2.

Em todos os itens, o domínio da comunicação escrita em língua portuguesa representa cerca de 10% da cotação.

As cotações dos itens encontram-se na página 8.

GRUPO I

A AFIRMAÇÃO DO REGIME LIBERAL EM PORTUGAL, NO QUADRO EUROPEU

Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

Doc. 1 – O modelo político inglês, no jornal *Correio da Península*, ou *Novo Telégrafo* (20 de Novembro de 1809)

Doc. 2 – Juramento real da Constituição de 1822

Doc. 3 – Exílio de liberais portugueses para Inglaterra (1828)

Documento 1

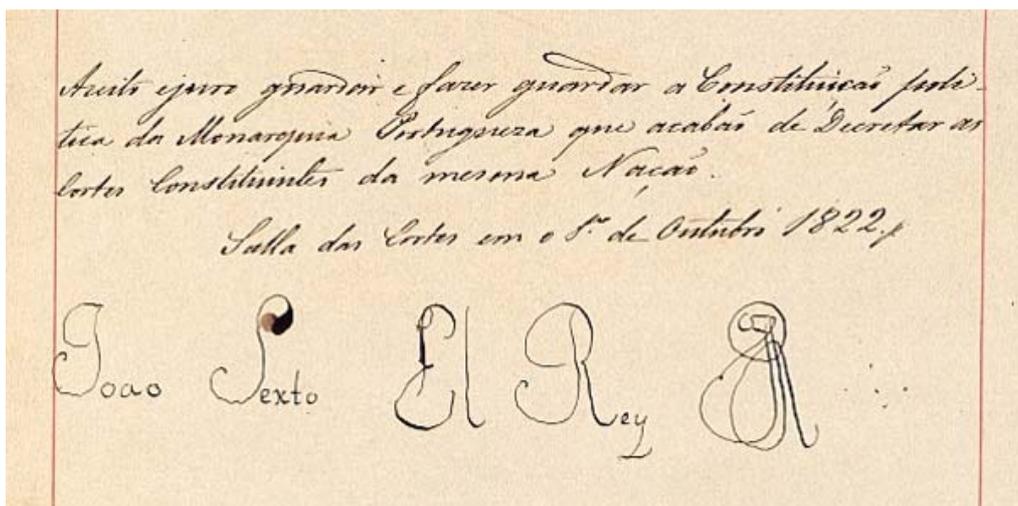
O modelo político inglês, no jornal *Correio da Península*, ou *Novo Telégrafo* (20 de Novembro de 1809)

Pode dizer-se que este Governo [Britânico] é promiscuamente Monárquico, Aristocrático e Democrático, porque o Rei, sem a autoridade do *Alto Parlamento*, ou *Câmara dos Pares*, não pode promulgar leis, ou estabelecer impostos; [...] e, nem o Rei, conjuntamente com a Câmara dos Pares, podem criar, mudar ou inovar coisa alguma, sem que o consinta o *Baixo Parlamento*, ou *Câmara dos Comuns*. [...] O seu Governo é livre e eles livres pela forma do seu Governo. Livres, porque têm fundados e seguros nas suas leis os seus privilégios, e livres, porque há um sagrado Contrato entre o Rei e o Povo, que só pode romper-se com recíproco consentimento.

Na Inglaterra, nada é mais sagrado do que o direito de propriedade [...]. Na Inglaterra, pode pensar-se e escrever-se.

Documento 2

Juramento real da Constituição de 1822



«Aceito e juro guardar e fazer guardar a Constituição política da Monarquia Portuguesa que acabam de decretar as Cortes Constituintes da mesma Nação.

Sala das Cortes em o 1.º de Outubro de 1822.

João Sexto El Rei»

Documento 3

Exílio de liberais portugueses para Inglaterra (1828)

Portugueses exilados a partir da Corunha e de Ferrol para Plymouth (1828)			
Militares	Civis	Mulheres/Menores/Criados	Total
1893	332	158	2383

1. Identifique três dos princípios liberais defendidos no documento 1.
2. Explícite, com base no documento 2, a concretização de três dos objectivos da revolução de 1820.
3. Esclareça em que medida o documento 3 reflecte as dificuldades, até 1828, da instauração do liberalismo em Portugal.

Identificação das fontes

Doc. 1 – «O Governo Britânico», in *Correio da Península*, ou *Novo Telégrafo*, n.º 41, de 20 de Novembro de 1809

Doc. 2 – In http://www.parlamento.pt/constitucionalismo/monarquia_const/index.html#1

Doc. 3 – *História de Portugal* (direcção de J. Mattoso), vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993 (adaptado)

GRUPO II

A GRANDE DEPRESSÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO LIBERAL

Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

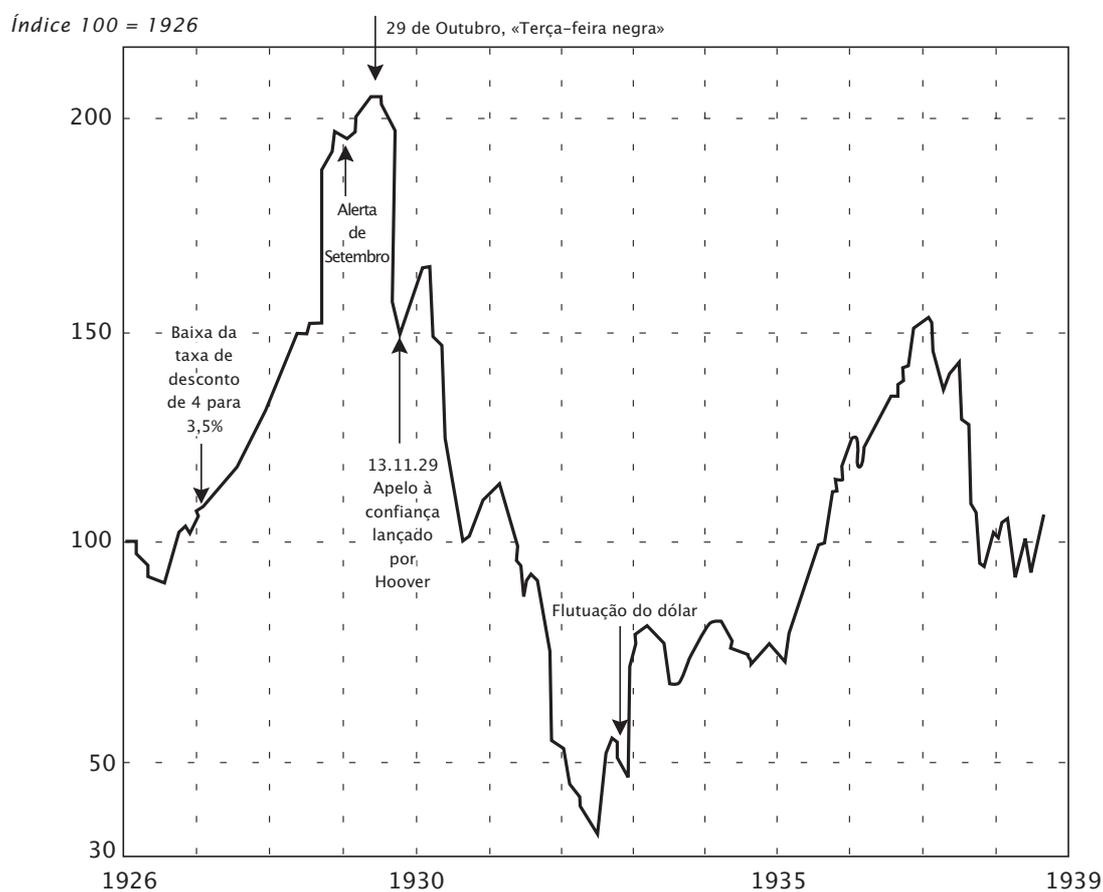
Doc. 1 – Evolução das cotações na Bolsa de Wall Street (1926-1939)

Doc. 2 – Produção e comércio mundiais (1929-1935)

Doc. 3 – Teoria económica keynesiana (1936)

Documento 1

Evolução das cotações na Bolsa de Wall Street (1926-1939)



Documento 2

Produção e comércio mundiais (1929-1935)

(1929 = 100)

	1929	1932	1933	1935
Produção	100	69	78	95
Comércio:				
Volume	100	75	76	82
Preço	100	53	47	42

Documento 3

Teoria económica keynesiana (1936)

Tudo aponta para a importância vital que tem a criação de um controlo central sobre certas actividades hoje confiadas, em grande parte, à iniciativa privada [...]. No que respeita ao consumo, o Estado será levado a exercer sobre ele uma influência directora através da sua política fiscal, pela determinação da taxa de juro e, talvez ainda, por outros meios [...]. Pensamos também que uma vasta socialização do investimento constituirá o único meio de assegurar, quanto possível, o pleno emprego [...]. Não é da propriedade dos meios de produção que o Estado se deve encarregar. [...] O alargamento das funções do Estado [...] parece-nos [...] o único meio possível de evitar uma completa destruição das instituições económicas actuais [...].

1. Indique, a partir do documento 1, três factores responsáveis pela crise de 1929.

2. Analise o impacto da crise de 1929 na evolução do capitalismo liberal.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, os seguintes tópicos de desenvolvimento:

- **mundialização da crise;**
- **consequências económico-sociais da crise de 1929;**
- **aplicação dos princípios keynesianos e alicerces do estado-providência.**

Deve integrar na resposta, para além dos seus conhecimentos, os dados disponíveis nos documentos.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Marc Nouschi, *O Século XX – Viragens, Tempos e Tendências*, Lisboa, Instituto Piaget, 2003, 2.ª edição (adaptado)

Doc. 2 – R. Dornbusch e outros, *Macroeconomia*, Amadora, Editora McGraw-Hill, 1999, 7.ª edição

Doc. 3 – John Maynard Keynes, *Théorie Générale de l'Emploi, de l'Intérêt et de la Monnaie*, Paris, Payot, 1936

GRUPO III

PERSPECTIVAS SOBRE OS RUMOS POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Documento Melo Antunes* ou dos «Nove» (6/8/1975)

Sabe-se como as grandes movimentações das massas populares abriram novas perspectivas à revolução democrática iniciada em 25 de Abril de 1974 e como, a partir sobretudo das eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, a via para o socialismo passou a ter carácter irreversível. [...]

5 O MFA, que inicialmente se havia afirmado como suprapartidário, viu-se cada vez mais enleado nas manipulações politiqueras de partidos e organizações de massas, acabando por se ver comprometido com determinado projecto político que não correspondia nem à sua vocação inicial nem ao papel que dele esperava a maioria da população do país: o de guia e condutor dum processo de transformação profunda da sociedade portuguesa, com um claro projecto político de
10 transição para o socialismo, independente dos partidos, embora sem dispensa do seu concurso e com a mais ampla base social de apoio possível [...].

Não se pretende esgotar, neste documento, a crítica à acção do regime instaurado após o 25 de Abril ou, em especial, das instituições após o 28 de Setembro de 1974. [...] Importa, ao grupo de oficiais que entendeu chegado o momento de tomar posição, definirem-se tão claramente quanto
15 possível, perante o povo português [...]. E assim, entendem deixar expresso o seguinte:

– Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que crê, obstinadamente, que uma «vanguarda» assente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo [...].

O dirigismo burocrático típico de regimes totalitários é frontalmente negado por aqueles que
20 lutaram no passado contra o fascismo e, coerentemente, se colocam agora numa perspectiva de luta contra novas formas de totalitarismo.

– Recusam o modelo de sociedade social-democrata em vigor em muitos países da Europa Ocidental, porque acreditam que os grandes problemas da sociedade portuguesa não podem ser superados pela reprodução no nosso país dos esquemas clássicos do capitalismo avançado. [...]

25 – Lutam por um projecto político de esquerda, onde a construção duma sociedade socialista – isto é, uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem – se realize aos ritmos adequados à realidade social concreta portuguesa [...].

Este modelo de socialismo é inseparável da democracia política. Deve ser construído, pois, em pluralismo político, com os partidos capazes de aderir a este projecto nacional. Este modelo de
30 socialismo é inseparável, ainda, das liberdades, direitos e garantias fundamentais.

* (1933-1999) Militar de Abril, co-autor e principal redactor do Programa do MFA.

1. Explícite três críticas presentes no documento, relativas ao rumo da revolução até ao chamado «Verão quente» de 1975.

2. Explique como o regime institucionalizado na Constituição de 1976 concretizou o modelo proposto pelos autores do documento.

Identificação da fonte

Doc. – *Documento Melo Antunes ou dos «Nove»*, in *Diário Popular*, de 8 de Agosto de 1975 (adaptado)

FIM

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	20 pontos
2.	30 pontos
3.	30 pontos
	<hr/>
	80 pontos

GRUPO II

1.	20 pontos
2.	50 pontos
	<hr/>
	70 pontos

GRUPO III

1.	20 pontos
2.	30 pontos
	<hr/>
	50 pontos

TOTAL	<hr/>	200 pontos
--------------------	-------	-------------------